

Sumário

Introdução – O esforço de recepção de um clássico da filosofia do direito..... 1

Victor Sales Pinheiro

PARTE I

EPISTEMOLOGIA

1 A crítica de Finnis ao positivismo metodológico: por que toda descrição é avaliativa? 11

Horácio Lopes Mousinho Neiva

Victor Sales Pinheiro

1 Introdução: positivismo substantivo e metodológico..... 11

2 Delimitando a controvérsia metodológica entre Finnis e o positivismo jurídico 13

3 A estrutura do argumento metodológico de Finnis 15

4 Os múltiplos conceitos de direito 16

5 A insuficiência do apelo positivista a intuições.....20

6 Caso central e significado focal: a alternativa metodológica de Finnis.....24

6.1 Construindo uma teoria geral do direito.....25

6.2 Critérios de centralidade e argumentos normativos.....29

7 Razoabilidade prática e autoridade como caso central do direito 34

8 Conclusão 39

9 Referências 40

2 A proposta contemporânea do direito natural e a falácia naturalista45

Elden Borges Souza

Victor Sales Pinheiro

1 Introdução 45

2 O direito natural a partir da concepção tomista: lei e justiça 46

3 A falácia naturalista e o direito natural: empirismo, ceticismo e subjetivismo 52

4 O direito natural revigorado por Finnis.....57

5 Conclusão 60

6 Referências 63

PARTE II
METAÉTICA

3 Razão prática entre desejo e bens humanos básicos: a crítica metaética de Finnis ao emotivismo e ceticismo 67

Dienny E. M. Barbosa Riker Pereira

Victor Sales Pinheiro

1 Introdução	67
2 O reducionismo da razão prática à racionalização de desejos subracionais	70
3 A razoabilidade dos desejos por bens inteligíveis: experiência, insight e juízo	73
4 A integração do sentimento à razão prática e a alegoria da máquina de experiências irracionais	77
5 A natureza da deliberação e a autorrefutação cética	81
6 Conclusão	85
7 Referências.....	87

4 Dos bens humanos às normas morais: os princípios de lei natural na estrutura do raciocínio prático em Finnis..... 91

André Fonseca dos Santos

Victor Sales Pinheiro

1 Introdução	91
2 Teoria da lei natural como teoria dos fundamentos da razão prática.....	92
3 Princípio primaríssimo da razão prática, a partir da analogia com a razão teórica.....	95
4 Os bens humanos básicos ou princípios primários da razão prática	101
4.1 A pré-moralidade dos primeiros princípios	107
4.2 O caráter aberto dos bens humanos básicos	110
5 Rumo ao juízo moral: o princípio supremo de moralidade e os requisitos de razoabilidade prática.....	112
5.1 Os requisitos de razoabilidade prática em <i>Lei natural e direitos naturais</i>	113
5.2 A evolução da abordagem de <i>Lei natural e direitos naturais</i>	115
6 As normas morais específicas	117
7 Conclusão	121
8 Referências.....	123

PARTE III
ÉTICA E DIREITO DOS BENS HUMANOS BÁSICOS

5 O desenvolvimento da teoria do casamento como bem humano básico em Finnis127

Dienny E. M. Barbosa Riker Pereira

Camille de Azevedo Alves

Victor Sales Pinheiro

1 Introdução	127
2 Primeira fase (1970): comunidade conjugal e amizade	128
3 Segunda fase (1980): O argumento liberal de <i>Lei Natural e Direitos Naturais</i> : sexo como jogo, amizade e/ou procriação	134
4. Terceira fase (1985): Comunidade conjugal e integridade	138
5 Fase madura: casamento como bem humano básico	143
5.1 A inflexão de Germain Grisez	143
5.1.2 Permanência e exclusividade.....	147
5.1.3 Valoração moral dos atos sexuais conjugais	149
5.2 Finnis e o bem humano básico do casamento	150
5.2.1 Caso central e significado focal do casamento	150
5.2.2 O papel da <i>fides</i> e de atos sexuais na caracterização do casamento	152
5.2.3 Valoração moral de atos sexuais no casamento	156
5.3 Considerações finais	158
6 Conclusão	161
7 Referências.....	163

6 Ensino religioso confessional ou ensino laico de religião, em escolas públicas? Análise da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº. 4.439, a partir do bem humano fundamental da religião e do secularismo em Finnis167

Victor Sales Pinheiro

1 Introdução	167
2 O direito constitucional à liberdade religiosa: dimensões, princípios e garantias	168
2.1 A complexidade conceitual de um direito fundamental	168
2.2 Dimensão subjetiva: individual e coletiva	171

2.3 Dimensão objetiva: princípios, deveres de proteção e garantia institucional	173
3 A laicidade do Estado e o ensino religioso confessional em escolas públicas	176
3.1 A Concordata do Estatuto Jurídico da Igreja Católica no Brasil	176
3.2 O modelo não confessional defendido pela ADI 4439	179
3.3 A legitimidade constitucional do modelo confessional	182
4 Fundamentação filosófica do direito à liberdade religiosa e a ameaça secularista ao bem humano básico da religião em Finnis	186
4.1 O bem básico da religião como distinto, arquitetônico e fonte de sentido abrangente	186
4.2 O efeito moral e jurídico do secularismo: esvaziamento da religião e da liberdade religiosa	191
4.3 A distinção entre o bem da religião e o bem do conhecimento, e entre ensino religioso e ensino de religião	197
5 Conclusão	199
6 Referências	200

PARTE III

BEM COMUM, DIREITOS HUMANOS E AUTORIDADE

7 Razão prática, direito e bem comum na teoria da lei natural de Finnis	207
<i>Victor Sales Pinheiro</i>	
<i>Horácio Lopes Mousinho Neiva</i>	
1 Introdução: inserção de Finnis no debate das teorias da justiça	207
2 Razão prática e a metodologia da teoria social reflexiva	210
3 Fundamento da razão prática	216
4 Bem comum e direito no âmbito da razão prática	218
5 Bem comum instrumental e substancial.....	225
6 Conclusão	230
7 Referências	232

8 A autoridade dos direitos humanos entre bens básicos e autonomia: o debate filosófico da teoria da lei natural de Finnis com o positivismo liberal de Joseph Raz237

Ayrton Borges Machado

Victor Sales Pinheiro

1 Introdução	237
2 Crítica aos direitos humanos à luz da teoria de Raz	239
2.1 Autoridade ilimitada sobre os direitos	239
2.2 Razão prática, autonomia e interesses.....	242
2.3 A ordem emergente e limitação da soberania	248
3 Os direitos humanos na concepção de Finnis como resposta a Raz	253
3.1 Bens humanos básicos e direitos naturais	253
3.2 Dignidade humana, universalidade e valor intrínseco dos direitos humanos	255
3.3 Metodologia do caso central, autoridade legítima e bem comum	260
4 Conclusão	263
5 Referências.....	265

9 A interdependência entre democracia, bem comum e direitos humanos: contribuições jusnaturalistas269

Elden Borges Souza

Victor Sales Pinheiro

1 Introdução	269
2 Desafios e crises na democracia de índole liberal-procedimentalista	271
3 O risco de uma democracia autoritária e a necessidade de uma metaética realista	273
4 Pessoa humana, comunidade política e bem comum	277
5 Democracia: a sua justificação a partir do bem comum e dos direitos humanos	288
6 Conclusão	292
7 Referências.....	293

PARTE IV
METAFÍSICA

10 Para águas mais profundas: Deus como fundamento metafísico da natureza moral racional em Finnis	299
<i>Victor Sales Pinheiro</i> <i>André Fonseca dos Santos</i>	
1 Introdução: teoria da lei natural (razão prática) e lei natural (razão teórica).....	299
2 Autonomia relativa da ética (lei natural) à metafísica (lei eterna)	301
3 Consciência hermenêutica e “arte da escrita”	306
4 O horizonte filosófico da lei natural	308
5 Lei eterna como fundamento das quatro ordens da realidade	312
6 Argumento cosmológico da existência de Deus, como pessoa livre e inteligente	315
6.1 Tipos de argumentos sobre existência de Deus	315
6.2 A versão austera e minimalista de <i>Lei Natural e Direito Naturais</i> (1980)	317
6.3 A versão robusta e personalista de <i>Aquinas</i> (1996)	326
6.3.1 Argumento ontológico da existência de Deus	327
6.3.2 Argumento cosmológico da pessoalidade de Deus	332
7 Lei natural como participação na lei eterna	340
8 Conclusão	344
9 Referências	345
Os autores	349
Coleção Teoria da Lei Natural	351